

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE**

### **GRADE CURRICULAR**

#### **APRESENTAÇÃO**

A política de educação especial vigente afirma uma abordagem de atendimento educacional que se pautou no pedagógico como forma de se contrapor à forma clínica de atuação na educação especial, a qual se baseia no modelo médico-psicológico, centrado na etiologia da deficiência e na descrição e medição da (in)capacidade dos sujeitos (CAMBAÚVA, 1988). Os limites do modelo médico-psicológico no processo educativo se encontram em tomar as características relacionadas à deficiência como representativas do aluno como um todo – o sujeito é a sua deficiência, e o máximo que se pode esperar é que se adapte a alguns comportamentos considerados adequados à sociedade em que vive.

A crítica a essa abordagem se concentra no papel que os diagnósticos assumiram, gerando preconceito, estigma e segregação, e sobre as mudanças de comportamento propostas pela psicologia, que contribuíram para que a escolaridade significasse um meio de adaptação do aluno com deficiência à sociedade (CAMBAÚVA, 1988).

Na política atual, uma expressão das tentativas de superação desse modelo de compreensão e das práticas relacionadas à educação especial é a proposição do conceito de necessidades educacionais especiais. Essa conceituação teria por finalidade retirar o foco dos diagnósticos de deficiência e colocá-lo sobre as necessidades de aprendizagem.

Em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, define pelo tipo de resposta educativa, de recursos e apoios o que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deve ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos (BRASIL, 2001b, p. 14).

A partir desta definição, e para que de fato o aluno portador de necessidades educacionais especiais seja incluído no ensino regular, há necessidade de que os profissionais da educação tenham os conhecimentos elementares sobre como ministrar aulas inclusivas, escolhendo os melhores recursos e metodologias adequadas, permitindo, portanto, a efetivação da educação inclusiva.

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
4839	Introdução à Ead	60
4873	Políticas Públicas e Educação	60
4867	Transtornos e Distúrbios da Aprendizagem	60
4875	Educação das Relações Étnico-Raciais	60
4874	Libras	60
4876	Transtornos Psiquiátricos na Infância e Adolescência	60
4877	Educação e Tecnologias	60

<b>4847</b>	<b>Pensamento Científico</b>	<b>60</b>
<b>4872</b>	<b>Trabalho de Conclusão de Curso</b>	<b>80</b>